

Índios passam fome em Brasília

Hospedados nas pensões da Asa Sul, onde faltam água e luz, eles são submetidos a dieta regrada de arroz, ovo e macarrão

Luis Osvaldo Grossmann
Da equipe do Correio

Nos bancos de concreto da Praça do Compromisso, entre as quadras 703 e 704 Sul, eles sentam-se para conversar. O assunto é quase sempre sobre os motivos que trazem para Brasília, todos os meses, cerca de 200 índios de diversas etnias: problemas na demarcação de suas terras ou a invasão, delas, por fazendeiros.

São temas como os que o índio Pataxó Hã Hã Hãe, Galdino Jesus dos Santos, veio tratar quando esteve em Brasília em abril de 1997. Galdino foi assassinado por cinco adolescentes, na mesma praça, que ganhou uma escultura do artista plástico Siron Franco como lembrança da selvageria. A escultura, hoje, está coberta com pichações, como um retrato da falta de respeito com os índios.

Não é o único exemplo do tra-

tamento normalmente dispensado aos índios pelos brancos. A poucos metros dali, não apenas os pataxó como Galdino, mas índios Xavante, Fulni-ô, Caiapó, Pankaru e muitos outros vivem em casas lotadas, sem abastecimento regular de água e luz e submetidos a dietas de arroz, macarrão e ovo, quando é possível se dar a esse luxo.

Desde que os índios em trânsito pela capital deixaram de ficar hospedados na Casa do Ceará, há mais de dez anos, a Funai fez um acordo com as pensões nas quadras 700 da Asa Sul. Os índios seriam instalados nas casinhas geminadas e a Funai pagaria as diárias — hoje no valor de R\$ 15 por cada índio.

“Os repasses nunca foram mensais. Normalmente a Funai nos pagava a cada três meses”, conta Arcanja Vasco, que há 11 anos abriga índios de várias tribos em sua pensão.

Eadson Gês



Grupos indígenas das mais variadas etnias amontoam-se em quartos de pensão. Em média, cerca de 200 deles vêm a Brasília todos os meses

No jantar, 3 frangos para 72 pessoas

A última vez que os donos de pensão viram a cor do dinheiro da Funai foi em agosto do ano passado, mas o pagamento era referente a fevereiro e março de 1999. De lá para cá a Funai parou de pagar, mas os índios continuaram a chegar. Resultado: todas as pensões tiveram água e luz cortadas por falta de pagamento.

Endividadas, três delas já receberam avisos de despejo, enquanto as outras tentam negociar com as imobiliárias. Além disso, a qualidade das refeições servidas caiu, fonte das principais reclamações dos índios. “O problema tem sido a comida. Um prato desses não alimenta

quem passou o dia inteiro sem comer. Sabemos que o pessoal daqui não é culpado, simplesmente não estão sendo pagos”, reclamava Valdemar de Freitas, um Fulni-ô, quando dividia três frangos com mais 72 índios, na janta.

“Está havendo um atraso muito grande porque não temos orçamento para esse pagamento”, justifica a diretora de Assistência da Funai, responsável pelo atendimento aos índios que chegam a Brasília, Susana Guimarães. Em dezembro do ano passado, a Fundação resolveu fazer uma auditoria nas faturas enviadas pelos donos de pensão.

A Funai acha que os gastos

com as diárias dos índios são muito altos e que eles têm ficado muito tempo em Brasília. Segundo as pensões, os índios ficam, em média, entre dez e doze dias. A Funai acredita que muitos fiquem mais de um mês. “Se você fornece um serviço e deixa de receber, não é lógico que continue fazendo o serviço”, completa Susana, em uma sugestão para que os donos de pensões mandem os índios para a rua e fechem suas portas.

“Não podemos nos negar a receber os índios porque corremos o risco de sermos cortados do programa e aí, sim, perdermos qualquer esperança de receber o que a Funai nos deve”,

avalia Angelina Gonçalves, também dona de pensão. Para continuar funcionando, as pensões fizeram ligações clandestinas de água e luz, uma vez que a energia foi cortada. E fizeram-se gambiarras.

Nas contas das pensões, a Funai teria que desembolsar R\$ 1,2 milhão para quitar as dívidas. Aí estão incluídos atrasados de 1995, 1996 e 1998. A Funai confirma o valor da dívida. “Nosso esforço é para fazer um acerto, mas não arriscaria dizer nenhum prazo”, defende-se a diretora de Assistência. A solução é difícil: só em 1999, o orçamento da entidade caiu de R\$ 60 milhões para R\$ 37 milhões. (L.O.G.)